A Cultura Politica dos Brasileiros de Origem Asiatico

**Introdução**

Brasil é um país de imigrantes e aqueles oriundos do continente asiático têm sido uma parte importante na história nacional. O seu início ocorreu no período colonial[[1]](#footnote-1) mas no ano 1907, o governo do estado de São Paulo autorizou a imigração japonesa que criaria a maior comunidade fora do Japão. Hoje em dia, os japoneses formam o segundo maior contingente imigrante no território brasileiro e a chinesa a nona.[[2]](#footnote-2) Em 2010, mais de dois milhões de Brasileiros se declaravam amarelos, a maior parte descendentes de imigrantes do Japão, e esse grupo está crescendo mais rápido do que os outros grupos étnicos. Na sociedade brasileira, desde 1947 a presença de políticos relevantes de ascendência japonesa é uma constante.[[3]](#footnote-3)

Raça é uma parte importante da identidade individual e a sua relação com a política é, obviamente, bastante íntima. Apesar disso, poucos são os estudos que têm se debruçado especificamente sobre esse grupo de imigrantes asiáticos, principalmente na ciência política brasileira ou sobre o Brasil. Estudos sobre questões raciais são quase exclusivamente dedicadas as relações entre negros, pardos e brancos e discutem temas sociais como cotas, violência do estado e pobreza. Desde o começo dos estudos sobre raça no Brasil, Costa Pinto excluiu a categoria “amarelos” da classificação “de cor” em seus trabalhos,[[4]](#footnote-4)[[5]](#footnote-5) criando um sistema binário no qual esse grupo teria uma posição ambígua, nem completamente branco, nem completamente “de cor.” Na história, discussões públicas sobre japoneses frequentemente incluem grupos aparentemente diferentes como os judeus e árabes, excluídos do sistema negro e branco que domina os estudos de raça.[[6]](#footnote-6) Durante o período antes da segunda guerra mundial, a identidade nacional brasileira mudou bastante e esses grupos ambíguos desafiam noções sobre identidade brasileira da elite. O sucesso político, social, e econômico desses grupos lhes deu vantagens para negociar a sua posição social e os integrou no sistema negro e branco nessa última categoria. [[7]](#footnote-7)

Artigos acadêmicos sobre nipo-brasileiros publicados no Brasil têm se dedicado a imigração entre Japão e Brasil e, mais recentemente, ao fenômeno dos Dekasseguês.[[8]](#footnote-8)[[9]](#footnote-9) Questões sobre identidade também ganharam destaque, principalmente nos estudos literários. Nos EUA a literatura tem enfocado questões parecidas, mas o seu volume é um pouco maior. No campo dos valores e atitudes políticas, sabe-se já que Estadunidenses de ascendência asiática se identificam predominantemente com o Partido Democrata[[10]](#footnote-10) por razões como exclusão social e semelhança intergrupal.

Apesar de tudo isso, desde a obra pioneira de Almond e Verba, pesquisas sobre raça e cultura política são escassas, sendo ainda mais raros trabalhos envolvendo asiáticos. Procurando colaborar para a superação dessa lacuna nos estudos sobre este tema, neste artigo analisamos a cultura política dos brasileiros de ascendência oriental a partir de dois eixos: a orientação cognitiva para a política e a confiança institucional. Usamos dados coletados pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) para propor índices representativos destes dois eixos, usados como variáveis dependentes em modelos de regressão com preditores sociodemográficos, incluindo o componente racial. Nossa intenção foi verificar se a condição de descendente asiático de alguma forma afeta as disposições subjetivas dos cidadãos nacionais a respeito de temas e objetos políticos relevantes.

Para alcançar esse objetivo, dividimos o presente artigo em três partes. Começamos com a abordagem teórica e uma revisão da literatura. Na segunda parte apresentamos a metodologia utilizada para a construção dos índices e os modelos de regressão já mencionados. Por fim, na terceira parte apresentamos e discutimos os resultados encontrados.

**Abordagem Teórica**

Raça e política são ligadas intimamente e etnia é uma das caraterísticas mais proeminentes e não mudáveis de uma pessoa. Em sociedades onde não existem impedimentos formais associados com raça, o racismo ainda permeia a vida política e constitui uma lente mediante a qual uma pessoa olha e é olhada no mundo.[[11]](#footnote-11)

O grupo étnico forma uma consciência coletiva importante e seus membros normalmente têm experiências compartilhadas.[[12]](#footnote-12)[[13]](#footnote-13) Uma parte significativa desse compartilhamento envolve percepções do grupo sobre a sociedade em geral e os seus interesses políticos em específico. Organizações que lutam pelos diretos das minorias são instituições importantes nas democracias ocidentais e fatores como classe socioeconômica, distribuição geográfica[[14]](#footnote-14), normas do grupo e experiências de discriminação afetam a relação entre raça e política.[[15]](#footnote-15)

Experiências de discriminação e percepções de oportunidades iguais numa sociedade são importantes para construir uma forte identidade de grupo. Além disso, elas dão um sentimento de alienação da sociedade que pode diminuir a confianças nas instituições e mediar a participação ou abstenção na política. Pessoas de um grupo étnico que acreditam sofrer discriminação, são mais prováveis a apoiar um partido que tem uma tradição de defender direitos de minorias.[[16]](#footnote-16) Porém, experiências pessoais de descriminação motivam indivíduos a castigar o partido no poder, mesmo se ele possuir uma tradição de defender minorias. [[17]](#footnote-17) Além disso, experiências de discriminação não são iguais. Discriminação política tipicamente se manifesta como leis, políticas e outras medidas sistêmicas pode motivar individuais para participar em política.[[18]](#footnote-18) Em contraste, discriminação societal tipicamente se manifesta em formas interpessoais como ataques verbais dos colegas e pode diminuir sentimentos de eficácia que pode, por sua vez, diminuir a participação política.[[19]](#footnote-19)

Status socioeconômico é particularmente importante porque os recursos, como educação, facilitam a participação política e podem ter um efeito moderador. [[20]](#footnote-20)[[21]](#footnote-21) Isto ocorre porque quanto mais central é a posição social, menor é o seu apoio para questões de interesse do grupo.[[22]](#footnote-22) Pessoas de classes sociais abastadas normalmente são melhor tratados pelos colegas e têm níveis de confiança maior enquanto pessoas das classes socialmente subalternas podem ter mais experiências de ser enganadas, levando a menores níveis de confiança.[[23]](#footnote-23) Porém, é importante distinguir os efeitos de renda e educação, os componentes mais proeminentes de status socioeconômico. Renda é geralmente vinculado ao apoio às autoridades estabelecidas e maior confiança institucional, enquanto educação, como um mobilizador cognitivo, é ligada à menor confiança e mais participação política.[[24]](#footnote-24) Pessoas com renda baixa normalmente tem menos recursos para criar e manter associações cívicas e como um resultado, têm menos oportunidades para participação política.[[25]](#footnote-25)

O tamanho da população é um preditor consistente da atividade política de grupos minoritários.[[26]](#footnote-26) Estudos em diversos países demostram que distribuição geográfica aumenta o nível da atividade política das minorias.[[27]](#footnote-27) No Reino Unido, quando a proporção de um grupo étnico aumenta em um bairro, a probabilidade de seus membros votarem aumenta. Estudos sobre os efeitos da participação em associações voluntárias podem aumentar o envolvimento político, porque desenvolve habilidades cívicas que facilitam o engajamento e mobilizam os indivíduos, mas condicionadas ao tipo de associação.[[28]](#footnote-28)

Fatores que dificultam a formação de uma identidade coletiva forte incluem a distribuição geográfica, a capacidade de envergonhar desertores, o nível de integração na sociedade, e status socioeconômico. Quando um grupo pequeno é distribuído sobre uma área grande, a formação de identidade no grupo é dificultada.[[29]](#footnote-29) Se o grupo étnico tem normas fortes e a capacidade de sancionar, individuais têm que considerar os custos de divergir das normas do grupo. Quando a capacidade de envergonhar é fraca, indivíduos sentem mais liberdade ao perseguir seus interesses próprios quando eles divergem do grupo.[[30]](#footnote-30) O nível de integração na sociedade e o status socioeconômico têm uma interação interessante. Quando o grupo não é bem integrado na sociedade e sofre preconceitos, verdadeiros ou percebidos, status socioeconômico alto não enfraquece a unidade do grupo e o grupo étnico continua a ser importante para o processo de tomada de decisões dos individuais. Quando o grupo não sofre preconceitos, o status socioeconômico enfraquece o apoio para os interesses do grupo.

**Hipóteses**

A seção anterior apresentou um resumo dos fatores, às vezes, contraditórios que afetam os dois eixos que essa pesquisa pretende examinar em relação a comunidade nipo-brasileira. No Brasil, este grupo geralmente é composto por pessoas de classe social mais elevada.[[31]](#footnote-31) No geral, individuais que têm menos recursos socioeconômicos ou de educação têm níveis de confiança institucional menores.[[32]](#footnote-32) A população dos nipo-brasileiros é pequena em comparação aos outros grupos étnicos, compondo pouco mais de 1% da população nacional, o que diminui os benefícios de racismo institucional contra orientais. Nipo-brasileiros sofrem menos preconceito em comparação com outros grupos minoritários porque o custo de manter um regime de racismo institucional é maior do que os benefícios de não descriminar.[[33]](#footnote-33) Quando uma minoria obtém níveis altos de um recurso de classe escasso, neste caso educação[[34]](#footnote-34), o preconceito no mercado de trabalho pode ser diminuído. Para derivar os benefícios da supremacia branca no longo prazo, empregadores e empregados brancos têm que manter uma frente unida de preconceito. Como os nipo-brasileiros são um grupo proporcionalmente pequeno no Brasil, indivíduos brancos abdicam de manter a frente unida para obter os benefícios no curto prazo de contratar e transacionar com membros desse grupo.[[35]](#footnote-35) Esses fatores sugerem que nipo-brasileiros teriam uma consciência política mais fraca e mais confiança nas instituições em relação aos outros grupos.

Por outro lado, nipo-brasileiros são concentrados no sul e sudeste e os estados de São Paulo e Paraná possuem mais que 90% dessa população. Essa concentração geográfica favoreceria mais participação política. As comunidades japonesas têm uma forte tradição de participação em associações voluntarias de caráter cultural e esportivo. Escolas japonesas existem desde o primeiro período de imigração japonesa.[[36]](#footnote-36) Durante a segunda guerra mundial as comunidades japonesas foram perseguidas e havia proibição de ensinar ou falar o idioma de países do eixo. Músicas populares nessa época continham versos anti japoneses e muitas destas escolas foram fechadas. Porém, depois da guerra muitas escolas reabriram, representando a força da comunidade.[[37]](#footnote-37) Nos estudos sobre dekasseguês, eles frequentemente citam experiencias de descriminação e um anseio por identidades como razões em porque eles saem do Brasil.[[38]](#footnote-38)

A confluência desses fatores coloca as questões acerca da orientação cognitiva para a política e confiança institucional que essa pesquisa pretende investigar. De um lado temos fatores como concentração geográfica e uma tradição em participação em associações voluntárias que favorecem a participação política forte e menos confiança institucional. De outro temos fatores como classe socioeconômica alta e uma população pequena que teoricamente enfraquece participação política. Cabe então a pergunta: qual grupo de fatores predomina?

**Metodologia**

Utilizando os dados do LAPOP para os anos de 2017 e 2019, criamos dois índices usando análise fatorial. O primeiro chamamos Índice de Orientação Cogitativa (COPI) à política e reúne três variáveis: interesse por política[[39]](#footnote-39), eficácia política subjetiva[[40]](#footnote-40) e conhecimento político.[[41]](#footnote-41) Antes de usar as variáveis na análise, padronizamos todos à mesma escala de 1-7 e invertemos a ordem da eficácia política subjetiva para todos elas tenham a mesma direção. O segundo índice chamamos Confiança Institucional (CI) e reúne 11 variáveis[[42]](#footnote-42) sobre diversas instituições brasileiras como os partidos políticos, o STF e o congresso. Na análise fatorial para confirmar a pertinência dos índices usamos correção policórica e definimos a extração de apenas um fator, sem rotação. Tabela 1 apresenta os resultados de análise fatorial, incluindo as cargas fatoriais.

Tabela 1. Análise Fatorial Policórica para COPI e CI, Brasil, 2017-19

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variável | CI | COPI |
|  |  |  |
| Tribunais de justiça garantem um julgamento justo? | 0,56 |  |
| Respeito pelas instituições políticas | 0,61 |  |
| Direitos básicos estão bem protegidos | 0,73 |  |
| Sente orgulhoso de viver no sistema político | 0,74 |  |
| Deve apoiar o sistema político | 0,74 |  |
| Confiança nas forças armadas | 0,46 |  |
| Confiança no congresso nacional | 0,75 |  |
| Confiança nos partidos políticos | 0,78 |  |
| Confiança no Presidente da República | 0,66 |  |
| Confiança na Prefeitura Municipal | 0,59 |  |
| Confiança nas eleições | 0,66 |  |
| Autoavaliação de entendimento política |  | 0,59 |
| Autoavaliação de interesse política |  | 0,71 |
| Avaliação do entrevistador sobre conhecimento político |  | 0,44 |
| % variação | 0,45 | 0,35 |
| Alfa de Crombach | 0,8676 | 0,5524 |
| KMO | 0,931 | 0,609 |

Fonte: Lapop, 2017 e 2019.

Os dois índices foram na sequência padronizamos para escalas de 0 e 1 e usados como variáveis dependentes em modelos de regressão que tem no grupo étnico seu principal preditor. Os efeitos dessa medida demográfica são controlados por educação, renda familiar, sexo, idade e ano da pesquisa. Dada a centralidade do controle educacional sobre diferentes dimensões da cultura política, também propormos interações entre grupo étnico e educação. As equações do modelo estimado são:

Onde Yi e o índice de COPI ou CI e educação, étnico, renda familiar, sexo e ano são variáveis preditoras. Tabela 2 mostra as proporções ou, no caso de idade, média, dessas variáveis.

**Resultados**











Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis independentes usadas nos modelos e dos índices.

Tabela 2. Descritivas das variáveis, Brasil, 2017-19.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Proporção (Média para Idade) | Desavio Padrão |
| Feminina | 0,5025053 | 0,5000763 |
| Idade | 38,87245 | 15,91045 |
| Formação Superior | 0,1020371 | 0,302747 |
| Renda Familiar 0-1050 | 0,2825094 | 0,4502941 |
| Renda Familiar 1051-1950 | 0,2860213 | 0,4519741 |
| Renda Familiar 1951-2550 | 0,1523037 | 0,3593743 |
| Renda Familiar 4951p | 0,1451925 | 0,352353 |
| Branco | 0,2971485 | 0,4570789 |
| Negro/Pardo | 0,6055005 | 0,4888246 |
| Outro | 0,0370604 | 0,1889413 |
| Amarelo | 0,0602907 | 0,2380643 |
| 2017 | 0,5056106 | 0,500051 |
| 2019 | 0,4943894 | 0,500051 |
| COPI | 0,4281259 | 0,2337673 |
| CI | 0,3555311 | 0,2155426 |
| *N* | 3030 |  |

Fonte: Lapop, 2017 e 2019.

Tabela 3 apresenta os resultados dos modelos de regressão. As colunas 1 e 2 apresentam os modelos usando os índices de COPI e CI, respetivamente, sem interação, enquanto as 3 e 4 mostram os mesmos modelos com interação entre formação superior e grupo étnico.

Tabela 3. Modelos de regressão linear para COPI e CI, Brasil, 2017-19.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | (1) | (2) | (3) | (4) |
|  | COPI | CI | COPI | CI |
| Branco | 0 | 0 | 0 | 0 |
|  | (.) | (.) | (.) | (.) |
| Negro/Pardo | -0.0162 | -0.00223 | -0.0196+ | -0.00275 |
|  | (-1.52) | (-0.25) | (-1.74) | (-0.29) |
| Outro | -0.0238 | 0.0192 | -0.0263 | 0.0120 |
|  | (-0.95) | (0.90) | (-1.03) | (0.55) |
| Amarelo | -0.0204 | -0.0120 | -0.0366+ | -0.0151 |
|  | (-0.98) | (-0.69) | (-1.68) | (-0.82) |
| Formação Superior | 0.147\*\* | -0.0247+ | 0.122\*\* | -0.0318 |
|  | (9.33) | (-1.88) | (4.77) | (-1.45) |
| Feminina | -0.0976\*\* | -0.0188\* | -0.0979\*\* | -0.0190\* |
|  | (-10.36) | (-2.37) | (-10.40) | (-2.41) |
| Idade | -0.000779\*\* | 0.000732\*\* | -0.000788\*\* | 0.000738\*\* |
|  | (-2.58) | (2.89) | (-2.61) | (2.92) |
| <1050R | 0 | 0 | 0 | 0 |
|  | (.) | (.) | (.) | (.) |
| 1051R-1950R | 0.0214+ | -0.0262\* | 0.0210+ | -0.0261\* |
|  | (1.74) | (-2.50) | (1.70) | (-2.49) |
| 1951R-2550R | 0.0589\*\* | -0.0384\*\* | 0.0584\*\* | -0.0378\*\* |
|  | (3.88) | (-3.05) | (3.84) | (-3.01) |
| 2551R-4950R | 0.102\*\* | -0.0627\*\* | 0.102\*\* | -0.0626\*\* |
|  | (6.49) | (-4.75) | (6.46) | (-4.75) |
| 4951R+ | 0.0601\*\* | -0.0347\*\* | 0.0611\*\* | -0.0338\* |
|  | (3.81) | (-2.59) | (3.87) | (-2.52) |
| 2017 | 0 | 0 | 0 | 0 |
|  | (.) | (.) | (.) | (.) |
| 2019 | 0.0360\*\* | 0.0992\*\* | 0.0361\*\* | 0.0994\*\* |
|  | (3.57) | (12.53) | (3.59) | (12.55) |
|  |  |  |  |  |
| Branco#Superior |  |  | 0 | 0 |
|  |  |  | (.) | (.) |
| Negro/Pardo#Superior |  |  | 0.0272 | 0.00427 |
|  |  |  | (0.83) | (0.16) |
| Outro#Superior |  |  | 0.00755 | 0.183+ |
|  |  |  | (0.06) | (1.68) |
| Amarelo#Formação |  |  | 0.171\* | 0.0369 |
|  |  |  | (2.42) | (0.57) |
| Constante | 0.457\*\* | 0.319\*\* | 0.461\*\* | 0.319\*\* |
|  | (25.74) | (20.89) | (25.60) | (20.61) |
| Observações | 2215 | 2861 | 2215 | 2861 |

*Estatística t em parênteses*

*p* < 0.1, \* *p* < 0.05, \*\* *p* < 0.01

Fonte: Lapop, 2017 e 2019.

Para os modelos sem interações, só o grupo étnico não foi significado, um resultado inesperado dada a riqueza da literatura sobre a relação entre grupo étnico e cultura política. Renda familiar e escolaridade apresentaram efeitos positivos, indicando a existência de relação entre o status socioeconômico e os dois índices, corroborando grande parte da literatura sobre atitudes e comportamentos políticos que associam o nível educacional ao maior ativismo político através do desenvolvimento de habilidades[[43]](#footnote-43) cognitivas ou cívicas, a cultivação de interesse política[[44]](#footnote-44) e a provisão de informação política.[[45]](#footnote-45) O efeito de tempo mostrou que os dois índices aumentaram entre 2017 e 2019. A idade apresentou um efeito positivo sobre o CI e um efeito negativo sobre o COPI, indicando que mais velhos tendem a ter mais confiança institucional e menos orientação a política. Sobre o gênero, mulheres tem menos confiança institucional e uma orientação cogitativa à política menor do que os homens. Esse resultado confirma achados da literatura internacional que mostra que mulheres geralmente participam menos politicamente[[46]](#footnote-46) e têm menos confiança nas instituições[[47]](#footnote-47) em razão de vários condicionantes, como responsabilidades familiares que desproporcionalmente caem nas suas costas e também em virtude do processo de socialização política replicar padrões de desigualdade entre os gêneros.

Quando adicionamos uma interação entre escolaridade e grupo étnico, os efeitos das categorias negros/pardos e amarelos foram negativos para o COPI, enquanto os impactos de renda, idade e sexo não tiveram seus impactos alterados. O efeito da escolaridade continuou ser positivo e significativo para o COPI, mas deixou de ser relevante no modelo para CI. A interação entre escolaridade e amarelo foi significativa e positiva para o COPI, indicando que a formação superior tem uma relação positiva particularmente forte para os brasileiros asiáticos. Uma suposição na teoria sobre a relação entre escolaridade e participação política é que ela tem um efeito semelhante em grupos étnicos diferentes, mas a evidências a esse respeito ainda não são conclusivas na literatura especializada. Lien mostrou que, nos EUA, educação tem uma relação forte com participação política para Americanos com ascendência Mexicanas, mas não para os Americanos Asiáticos.[[48]](#footnote-48) A literatura, em termos gerais, é escassa sobre esse efeito nesse último grupo étnico específico. Tornando essa discussão ainda mais complexa, as técnicas de amostragem geralmente são mal adotadas para a comparação entre grupos múltiplos.[[49]](#footnote-49) Curiosamente nosso resultado indicou um efeito oposto, sugerindo diferença entre a posição dos Asiáticos no Brasil e nos EUA. Uma explicação pode ser que a maioria da população asiático nos EUA nasceu fora dos EUA[[50]](#footnote-50) e isso diminui a participação política do grupo.[[51]](#footnote-51) Em respeito a CI, a condição de asiático e a sua interação com escolaridade não se mostraram significados, indicando que os brasileiros asiáticos têm níveis de confiança institucional semelhantes aos dos demais grupos étnicos.

Conjuntos, esses modelos mostram que a identidade étnica, particularmente para os asiáticos, não tem um efeito forte na orientação cognitiva para a política e na confiança institucional. Porém os modelos mostram que a educação tem efeitos diferentes, ainda que reduzidos, entre os grupos étnicos e que os impactos dos recursos socioeconômicos variam entre grupos étnicos. Para os asiáticos, categoria que nos interessa mais diretamente, formação superior aumentou a pontuação da medida sobre a dimensão cognitiva.

1. East in the West: Investigating the Asian presence and influence in Brazil from the 16th to 18th centuries. By Clifford Pereira, in Proceedings of the 2nd Asia-Pacific regional Conference on Underwater Cultural Heritage. Ed. Hans Van Tilberg, Sila Tripati, Veronica Walker, Brian Fahy and Jun Kimura. Honolulu, Hawai'i, USA. May 2014. [↑](#footnote-ref-1)
2. Shari Wejsa e Jeffery Lesser. Migration in Brazil: The Making of a Multicultural Society. Rel.

   téc. Migration Policy Institute, 2018. [↑](#footnote-ref-2)
3. Célia Sakurai. Os Primeiros Políticos de Origem Japonesa do Brasil. Rel. téc. Assembleia

   Legislativa, . [↑](#footnote-ref-3)
4. Peter Fry. The politics of racial classification in Brazil. Em: Journal de la Société

   des Américanistes 95.95-2 (2009), pp. 261\_282 [↑](#footnote-ref-4)
5. « Raça e mobilidade social », in Carlos Hasenbalg and Nelson do Valle Silva (eds), Estmtura social, 111obilidade e raça, pp. 164-182, IUPERJ/ Vertice, Rio de Janeiro [1985]. [↑](#footnote-ref-5)
6. **Negotiating National Identity: Middle Eastern and**

   **Asian Immigrants and the Struggle for Ethnicity in**

   **Brazil**

   By Jeffrey Lesser [↑](#footnote-ref-6)
7. **Negotiating National Identity: Middle Eastern and**

   **Asian Immigrants and the Struggle for Ethnicity in**

   **Brazil**

   By Jeffrey Lesser [↑](#footnote-ref-7)
8. Takeyuki Gaku Tsuda. Japanese-Brazilian ethnic return migration and the making of Japan's

   newest immigrant minority\_. Em: Japan's Minorities. Routledge, 2003, pp. 228\_249. [↑](#footnote-ref-8)
9. Japanese-Brazilians and the Future of Brazilian Migration to Japan David McKenzie\* and Alejandrina Salcedo\*\* [↑](#footnote-ref-9)
10. Alexander Kuo, Neil Malhotra e Cecilia Mo. \_Why Do Asian Americans Identify as Democrats?

    Testing Theories of Social Exclusion and Intergroup Solidarity\_. Em: (2014 [↑](#footnote-ref-10)
11. **A Raça na construção de uma identidade política:**

    **alguns conceitos preliminares** Johanna Katiuska Monagreda2 [↑](#footnote-ref-11)
12. Jóhanna Krist\_n Birnir. Ethnicity and electoral politics. Cambridge University Press, 2006 [↑](#footnote-ref-12)
13. Kanchan Chandra. \_What is ethnic identity and does it matter?\_ Em: Annu. Rev. Polit. Sci.

    9 (2006), pp. 397\_424. [↑](#footnote-ref-13)
14. Matthew R Cleary. \_Democracy and indigenous rebellion in Latin America\_. Em: Comparative

    Political Studies 33.9 (2000), pp. 1123\_1153. [↑](#footnote-ref-14)
15. Dennis Chong e Dukhong Kim. \_The experiences and e\_ects of economic status among racial

    and ethnic minorities\_. Em: American Political Science Review 100.3 (2006), pp. 335\_351. [↑](#footnote-ref-15)
16. David Sanders et al. \_The Calculus of Ethnic Minority Voting in B ritain\_. Em: Political

    Studies 62.2 (2014), pp. 230\_251. [↑](#footnote-ref-16)
17. David Sanders et al. \_The Calculus of Ethnic Minority Voting in B ritain\_. Em: Political

    Studies 62.2 (2014), pp. 230\_251. [↑](#footnote-ref-17)
18. Oskooii, K. (2018). Perceived Discrimination and Political Behavior. *British Journal of Political Science,* 1-26. doi:10.1017/S0007123418000133 [↑](#footnote-ref-18)
19. Oskooii, K. (2018). Perceived Discrimination and Political Behavior. *British Journal of Political Science,* 1-26. doi:10.1017/S0007123418000133 [↑](#footnote-ref-19)
20. Natália Salgado Bueno e Fabr\_cio Mendes Fialho. \_Race, resources, and political participation

    in a Brazilian city\_. Em: Latin American Research Review (2009), pp. 59\_83. [↑](#footnote-ref-20)
21. Sidney Verba et al. \_Race, ethnicity and political resources: Participation in the United States

    \_. Em: British Journal of Political Science 23.4 (1993), pp. 453\_497. [↑](#footnote-ref-21)
22. Dennis Chong e Dukhong Kim. \_The experiences and e\_ects of economic status among racial

    and ethnic minorities\_. Em: American Political Science Review 100.3 (2006), pp. 335\_351. [↑](#footnote-ref-22)
23. Brandt, M. J., Wetherell, G., & Henry, P. J. (2015). Changes in income predict change in social trust: A longitudinal analysis. *Political Psychology*, *36*(6), 761-768. [↑](#footnote-ref-23)
24. Gabriela Catterberg, Alejandro Moreno, The Individual Bases of Political Trust: Trends in New and Established Democracies, International Journal of Public Opinion Research, Volume 18, Issue 1, Spring 2006, Pages 31–48, <https://doi.org/10.1093/ijpor/edh081> [↑](#footnote-ref-24)
25. Stoll, M.A. Race, Neighborhood Poverty, and Participation in Voluntary Associations. *Sociological Forum* **16,**529–557 (2001). https://doi.org/10.1023/A:1011956632018 [↑](#footnote-ref-25)
26. Aida Just. \_Race, ethnicity, and political behavior\_. Em: Oxford Research Encyclopedia of

    Politics. 2017. [↑](#footnote-ref-26)
27. Matthew R Cleary. \_Democracy and indigenous rebellion in Latin America\_. Em: Comparative

    Political Studies 33.9 (2000), pp. 1123\_1153. [↑](#footnote-ref-27)
28. Per Strömblad e Per Adman. \_Political integration through ethnic or nonethnic voluntary

    associations?\_ Em: Political Research Quarterly 63.4 (2010), pp. 721\_730. [↑](#footnote-ref-28)
29. Matthew R Cleary. \_Democracy and indigenous rebellion in Latin America\_. Em: Comparative

    Political Studies 33.9 (2000), pp. 1123\_1153. [↑](#footnote-ref-29)
30. White, I. K., Laird, C. N., & Allen, T. D. (2014). Selling out? The politics of navigating

    conflicts between racial group interest and self-interest. *American Political Science*

    *Review*, *108*(4), 783–800. [↑](#footnote-ref-30)
31. Carlos Grad\_n. \_Race and Income Distribution: Evidence from the USA, Brazil and South A

    frica\_. Em: Review of Development Economics 18.1 (2014), pp. 73\_92. [↑](#footnote-ref-31)
32. Schoon, I., & Cheng, H. (2011). Determinants of political trust: A lifetime learning model. Developmental Psychology, 47(3), 619–631. [https://doi.org/10.1037/a0021817](https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/a0021817) [↑](#footnote-ref-32)
33. Socioeconomic Attainments of Japanese Brazilians and Japanese Americans Alexandre Gori Maia1 , Arthur Sakamoto2 , and Sharron Xuanren Wang2 [↑](#footnote-ref-33)
34. Socioeconomic Attainments of Japanese Brazilians and Japanese Americans Alexandre Gori Maia1 , Arthur Sakamoto2 , and Sharron Xuanren Wang2 [↑](#footnote-ref-34)
35. Socioeconomic Attainments of Japanese Brazilians and Japanese Americans Alexandre Gori Maia1 , Arthur Sakamoto2 , and Sharron Xuanren Wang2 [↑](#footnote-ref-35)
36. Goto, Junichi ([Kyoto University](https://en.wikipedia.org/wiki/Kyoto_University)). *Latin Americans of Japanese Origin (Nikkeijin) Working in Japan: A Survey*. [World Bank Publications](https://en.wikipedia.org/wiki/World_Bank_Publications), 2007. p. [7](https://books.google.com/books?id=vTzUFpa10z0C&pg=PA7)-[8](https://books.google.com/books?id=vTzUFpa10z0C&pg=PA8). [↑](#footnote-ref-36)
37. Carvalho, Daniela de. *Migrants and Identity in Japan and Brazil: The Nikkeijin*. [Routledge](https://en.wikipedia.org/wiki/Routledge), August 27, 2003. [ISBN](https://en.wikipedia.org/wiki/International_Standard_Book_Number) [1135787654](https://en.wikipedia.org/wiki/Special:BookSources/1135787654), 9781135787653. [↑](#footnote-ref-37)
38. **Negotiating National Identity: Middle Eastern and**

    **Asian Immigrants and the Struggle for Ethnicity in**

    **Brazil**

    By Jeffrey Lesser [↑](#footnote-ref-38)
39. A redação da pergunta no questionário é: O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada? [↑](#footnote-ref-39)
40. A pergunta formulada é: O(A) sr./sra. sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? [↑](#footnote-ref-40)
41. Com a redação: Usando a escala apresentada abaixo, por favor qualifique a sua percepção sobre o nível de conhecimento político do entrevistado [↑](#footnote-ref-41)
42. Usamos os seguintes itens do LAPOP: B1 (Até que ponto o(a) sr./sra. acredita que os tribunais de justiça do Brasil garantem um julgamento justo?), B2 (Até que ponto o(a) sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do Brasil? Até que ponto o(a) sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do Brasil?) B3 (Até que ponto o(a) sr./sra. acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?), B4 (Até que ponto o(a) sr./sra. se sente orgulhoso(a) de viver no sistema político brasileiro?), B6 (Até que ponto o(a) sr./sra. acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?), B12 (Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas Forças Armadas [o Exército]?), B13 (Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?), B21 (Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?), B21A (Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Presidente da República?), B32 (Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na Prefeitura Municipal?), B47A (Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas eleições neste país? Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nas eleições neste país?) [↑](#footnote-ref-42)
43. Campbell, Angus, Philip E. Converse, Warren E. Miller, and Donald E. Stokes. 1960. The American Voter: Unabridged Edition. Chicago: University of Chicago Press [↑](#footnote-ref-43)
44. Rosenstone, Steven J., and John Mark Hansen. 1993. Mobilization, Participation, and Democracy in America. New York: Longman. [↑](#footnote-ref-44)
45. Delli Carpini, Michael X., and Scott Keeter. 1996. What Americans Know about Politics and Why it Matters. New Haven, CT: Yale University Press. [↑](#footnote-ref-45)
46. Welch, Susan. "Women as political animals? A test of some explanations for male-female political participation differences." *American Journal of Political Science* (1977): 711-730. [↑](#footnote-ref-46)
47. Welch, Susan. "Women as political animals? A test of some explanations for male-female political participation differences." *American Journal of Political Science* (1977): 711-730. [↑](#footnote-ref-47)
48. Lien, Pei-te. 1994a. "Ethnicity and Political Participation: A Comparison between Asian and Mexi- can Americans." Political Behavior 16(2): 237-64 [↑](#footnote-ref-48)
49. Leighley, Jan E., and Arnold Vedlitz. "Race, ethnicity, and political participation: Competing models and contrasting explanations." *The Journal of Politics* 61, no. 4 (1999): 1092-1114. [↑](#footnote-ref-49)
50. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/09/08/key-facts-about-asian-americans/> [↑](#footnote-ref-50)
51. Lien, Pei-te. 1994a. "Ethnicity and Political Participation: A Comparison between Asian and Mexi- can Americans." Political Behavior 16(2): 237-64 [↑](#footnote-ref-51)